

RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA PARANAENSE

Margarete Lermen Scheibe
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Dione Olesczuk Soutes
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

RESUMO: O Balanço Social é composto por quatro vertentes que são: ambiental, econômica, gestão de pessoas, e benefícios gerados à sociedade em geral. A presente pesquisa teve como objetivos (a) evidenciar as similaridades e divergências entre os modelos de relatórios do GRI-*Global Reporting Initiative*, do IBASE e do Instituto Ethos, (b) preencher o relatório dos indicadores de responsabilidade social do Instituto Ethos, e, (c) verificar se a COPAGRIL demonstra responsabilidade social. O roteiro do Instituto Ethos foi o selecionado, por enfatizar, em maior grau, a ética e a transparência empresarial, além de também apresentar dados sobre a parte ambiental, socioeconômica e pessoal. Esta pesquisa se caracteriza como estudo de caso, classificada como exploratória. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas e preenchimento, por parte da empresa, do roteiro de relatório do Instituto Ethos. Quanto à questão da pesquisa, a empresa elabora e divulga o Balanço Social, porém utiliza-se do modelo proposto pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná-OCEPAR. Os resultados encontrados apontam que a empresa, está consciente de sua responsabilidade para com o meio ambiente, com a situação econômica da empresa, e também com os benefícios proporcionados para a sociedade local.

1- INTRODUÇÃO

De acordo com Luca (1998), foi na década de 1960, nos Estados Unidos, que a sociedade americana começou a questionar a responsabilidade das empresas junto à sociedade. Foi a guerra no Vietnã que deixou visível as necessidades da população, transformando suas ideologias e prioridades. Segundo aquela autora (1998), naquela mesma época, surgiram movimentos sociais na Europa, principalmente na França, que solicitavam informações sobre condições de trabalho, sendo este o primeiro país a elaborar e a publicar o Balanço Social.

No Brasil, afirma Luca (1998), os primeiros relatórios publicados foram na década de 1980 e não havia um modelo a ser seguido. Kroetz (2000) relata que, em 1997 Herbert de Souza (Betinho, 1935-1997) lançou uma campanha nacional pedindo a publicação do Balanço Social e justificando a necessidade de adequação dos modelos internacionais à realidade brasileira.

“O Balanço Social surgiu como instrumento de divulgação das ações de responsabilidade social corporativa.” (BONATTO *et al*; 2007). Algumas instituições propuseram alguns modelos, dentre as quais pode-se citar: IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas; Instituto Ethos; GRI – *Global Reporting Initiative*, entre outros.

Entre os relatórios propostos, o que demonstra maior preocupação com os valores éticos, além da necessidade de preservação do Meio Ambiente e distribuição dos recursos adicionados, é o do Instituto Ethos. Por este motivo, o relatório Ethos fora o escolhido para o desenvolvimento deste trabalho.

A presente pesquisa foi conduzida com base na questão: *A empresa analisada demonstra compromisso com a responsabilidade social de acordo com os indicadores do Instituto Ethos?* E teve por objetivos: (a) evidenciar similaridades e divergências entre os três modelos de relatórios escolhidos; (b) preencher o relatório dos indicadores de responsabilidade social do Instituto Ethos e (c) verificar se a empresa objeto do estudo demonstra compromisso com a responsabilidade social.

Segundo Beuren *et al.* (2006), a classificação da pesquisa é desenvolvida a partir dos objetivos, dos procedimentos e da abordagem do problema.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é caracterizada como exploratória; quanto aos procedimentos, classifica-se como estudo de caso; e no que tange a abordagem do problema, por não envolver dados estatísticos ou valores, a pesquisa é caracterizada como qualitativa.

A coleta de dados se deu através de: entrevista realizada em setembro de 2007, formulário padrão do Instituto Ethos preenchido por funcionários da empresa, informações retiradas das demonstrações contábeis da empresa e outras informações obtidas no site desta.

As limitações encontradas no trabalho referem-se à amostragem, considerada não probabilística, o que impede a generalização dos resultados; e ao acesso aos dados ou documentos, os quais podem ter sido administrados para resguardar a empresa no tocante à publicação de informações tidas como confidenciais.

O presente artigo está subdividido em cinco tópicos, sendo que neste primeiro são apresentados: a justificativa da pesquisa, os objetivos da mesma e a metodologia adotada no transcorrer da pesquisa. O Tópico 2 traz o referencial teórico observado no desenvolvimento da pesquisa empírica. O terceiro tópico apresenta os resultados obtidos, bem como sua análise. No quarto tópico são apresentadas as conclusões. O último tópico evidencia as referências citadas no corpo deste.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

A Contabilidade é uma ciência social que estuda o Patrimônio das empresas sob aspectos quantitativos e qualitativos, a fim de gerar informações relevantes e consistentes para os usuários internos e externos, com enfoque no passado, presente e futuro, para proporcionar uma gestão adequada e próxima da realidade (KROETZ, 2000). Conforme Kraemer (2003), “A contabilidade está se movendo rapidamente na direção do bem estar social.”.

A sociedade possui os mais variados tipos de usuários, possuindo cada um, interesses e objetivos próprios. Os *Stakeholders*, partes interessadas, buscam na Contabilidade a utilidade, a relevância e a confiabilidade da informação para sentirem-se seguros na tomada de decisão.

Tinoco (2006) cita que, “um dos grandes problemas centrais com que nos deparamos em contabilidade é o de estabelecer o que é relevante e o que é útil e para quem e em que situações é ou não relevante e útil”. Desta maneira, há muito que desenvolver para aprimorar as informações, para cada um dos usuários.

A Contabilidade Social vem sendo cada vez mais difundida e valorizada, pois evidencia para a população informações sobre produtividade, geração de empregos, preocupação com o meio ambiente, geração de tributos, valor adicionado pela empresa, entre outros, bem como deficiências e necessidades que envolvem as empresas. Ou seja, a

“Contabilidade Social objetiva o fornecimento de informações que auxiliam na tomada de decisões, ela preocupa-se com a medição ou quantificação dos agregados macroeconômicos” (SANTOS, 2003).

2.2 Responsabilidade social das empresas

Martins (1997) citado por Santos (2003), entende a responsabilidade social:

Esta [a empresa] consome recursos naturais, renováveis ou não, direta ou indiretamente, que são enorme patrimônio gratuito da humanidade; utiliza capitais financeiros e tecnológicos que, no fim da cadeia, pertencem as pessoas físicas e, conseqüentemente, à sociedade; também utiliza capacidade de trabalho da sociedade, finalmente, subsiste em função da organização do Estado que a sociedade lhe viabiliza como parte das condições de sobrevivência. Assim, a empresa gira em função da sociedade e do que a ela pertence, devendo, em troca no mínimo prestar-lhe contas da eficiência com que usa todos esses recursos.

Observa-se que a sociedade vem a ser a proprietária dos recursos naturais de que as organizações fazem uso sem ter que pagar por isso. Porém, as organizações devem utilizar o bom senso para administrar o patrimônio público e saber utilizá-lo de modo ético e eficaz para manter sua preservação e recuperação. O acompanhamento deste uso pela sociedade se dá através da análise dos relatórios de indicadores sociais.

Segundo a Comissão das Comunidades Européias (2001), as práticas socialmente responsáveis atingem duas dimensões, que são internas e externas. A interna relaciona-se com a gestão do capital humano e ambiental, enquanto que a externa se relaciona com a sociedade de modo geral, ultrapassando a esfera empresarial.

A Comissão das Comunidades Européias (2001) destaca que a responsabilidade social não se restringe apenas ao cumprimento legal, mas “implica em ir mais além através de um ‘maior’ investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais”.

Ainda, conforme aquela Comissão, o socialmente responsável não pode ser substituído da obrigação legislativa de direitos sociais e de normas ambientais, é ir além da postura legal de gestão empresarial.

Wissmann (2006) afirma que a responsabilidade pode ser representada por obrigatoriedade e por espontaneidade. A primeira é regida por leis, enquanto que a segunda visa o desenvolvimento de atividades por iniciativa própria e de forma voluntária para o benefício social, não sendo regida por nenhuma exigência.

2.3 Balanço Social

O Balanço Social é um demonstrativo gerencial dos recursos que a empresa investe na sociedade, e, conseqüentemente, a sociedade reinveste estes mesmos recursos na empresa que está comprometida com o meio social. Para Kroetz (2000), o Balanço Social vem a ser

[...] uma demonstração que permite identificar e demonstrar os impactos recebidos e causados pela entidade em relação aos ambientes social e ecológico. Procurando não só identificar a qualidade das relações organizacionais com seus empregados, com a comunidade e com o meio ambiente, como quantificá-las.

De acordo com Luca (1998), “Balanço social vem a ser um instrumento que permite a visualização da relação empresa no âmbito social, quais os resultados que ocorrem na sua reciprocidade.”.

Kroetz (2000) afirma que as empresas precisam desenvolver um diálogo social qualitativo e quantitativo com a comunidade, buscando atingir todos os elementos necessários e exigidos pela sociedade; e, segundo Esteves *et al.* (2004), com critérios relevantes, confiáveis, comparáveis com outras empresas do mesmo ramo, o qual seja apresentado em intervalos regulares de tempo e de forma transparente e clara, comprometendo-se, desta forma, com o desenvolvimento e aprimoramento do meio social.

O Balanço Social tem o objetivo de tornar público o que a empresa faz para a sociedade, visa demonstrar a ética empresarial e humana, e ainda, permitir uma relação mais próxima com a sociedade.

De acordo com Carvalho, citado por Kroetz (2000), o Balanço Social deve ser apresentado com certos limites, para que evite atingir a privacidade da empresa, apresentar informações de essencial importância para a mesma, comprometer a eficácia e continuidade da organização, bem como publicar informações subjetivas, as quais prejudicam a análise e a tomada de decisões. E ainda, precisa ser uniforme e consistente para auxiliar na comparação de várias publicações em diversos anos, e, as informações devem e precisam ser qualitativamente apresentadas e demonstrar gastos concernentes aos benefícios da informação.

Segundo FIPECAFI (2003), o Balanço Social possui quatro vertentes que se complementam e demonstram “[...] o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida.”. As vertentes são: (1) Balanço Ambiental, refere-se aos gastos e investimentos feitos para preservação, proteção e recuperação dos recursos naturais; (2) Balanço de Recursos Humanos, evidencia a força de trabalho, remuneração e benefícios concedidos e gastos junto a sociedade em que está inserida; (3) Demonstração do Valor Adicionado, evidencia o que a empresa agrega de valor à economia local, e a distribuição desta riqueza ou valor; (4) Benefícios Sociais em geral, evidencia as contribuições da empresa para o desenvolvimento da sociedade.

Aquele autor refere-se ao Balanço Social como um demonstrativo da responsabilidade da empresa, prestando contas à sociedade sobre o patrimônio público que ela usufrui, o qual é constituído de recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir o que a sociedade lhe oferece.

2.4 Modelos de Balanço Social

Os modelos apresentados a seguir são: do *Global Reporting Initiative* – GRI, Roteiro do Instituto Ethos e modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, sendo que os dois últimos foram desenvolvidos no Brasil.

2.4.1 Modelo do *Global Reporting Initiative* – GRI

O GRI, uma organização não governamental internacional, teve início em 1997, em Amsterdã, na Holanda, e busca desenvolver um modelo de Balanço Social que dissemina “[...] globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizadas voluntariamente por empresas do mundo todo”. Este órgão vem focando as atividades para o “[...] desenvolvimento de um padrão de relatório que aborde os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental”, conferindo a este “[...] a mesma utilidade e seriedade dos relatórios e balanços financeiros,” e que sejam “[...] tão rotineiros e passíveis de comparação como os relatórios financeiros” (GRI, 2006). O modelo conhecido como GRI3, está na terceira geração e a mais atual foi desenvolvida em 2006.

O relatório do GRI (2002 *apud* DIAS *et al.*, 2006) possui estrutura que atende três perspectivas: a econômica, a ambiental e a social, sendo que sua perspectiva econômica é

englobar todas as vertentes propostas pelo FIPECAFI. Para o GRI (2002) e Adams (2004 *apud* DIAS *et al* 2006), o modelo “[...] busca o equilíbrio nas complexas relações atuais entre estas três perspectivas de modo a não comprometer o desenvolvimento futuro e alcançar a sustentabilidade, daí o termo ‘relatório de sustentabilidade’ para designar este relatório.”

O modelo de relatório, conforme proposto pelo GRI (2006), apresenta os indicadores de Desempenho composto por informações “[...] qualitativas e quantitativas sobre conseqüências ou resultados associados à organização que sejam comparáveis e demonstrem mudança ao longo do tempo.” Estes indicadores são subdivididos em essenciais e adicionais.

Indicadores essenciais são aqueles “[...] identificados nas diretrizes da GRI como de interesse da maioria dos *stakeholders* e considerados relevantes” (GRI, 2006). Já os indicadores adicionais, são aqueles “[...] identificados nas Diretrizes da GRI, que representam práticas emergentes ou tratam de temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas em geral não o são para a maioria”.

Este modelo aborda os indicadores de desempenho econômico, ambiental, direitos humanos, social, responsabilidade por produto e práticas trabalhistas e trabalho decente.

O indicador ambiental é o mais explorado neste modelo, porém apresenta outros indicadores, os quais acabam por complementar o relatório a fim de obter um equilíbrio com a apresentação de qualidade da informação.

2.4.2 Modelo do IBASE

Este modelo de relatório foi lançado, em 1997, pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e o Instituto IBASE, e foi elaborado em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas com o objetivo de estimular as empresas a divulgarem seu relatório, independente de seu tamanho e setor (IBASE, 2006).

A partir de então, o IBASE vem implementando o modelo e desenvolvendo modelos para grupos específicos de empresas, como as cooperativas.

O modelo de relatório proposto pelo IBASE subdivide-se em: (1) Indicadores do Corpo Funcional; (2) Indicadores de organização e gestão; (3) Indicadores econômicos; (4) Indicadores sociais internos; e (5) Indicadores sociais externos - investimentos na comunidade.

2.4.3 Roteiro do Instituto Ethos

Conforme Dornelas (2005), citado por Bernardo *et al* (2006), foi no ano de 1998 que:

[...] O Instituto serve como ponte entre os empresários e as causas sociais. O objetivo do instituto é disseminar a prática social por meio de publicações, experiências vivenciadas, programas e eventos para seus associados e para os interessados em geral. Assim a instituição procura contribuir com o desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável e incentivando a formação de uma nova cultura empresarial baseada na ética, princípios e valores. Em 1999, a adesão ao movimento social se refletiu com 68 empresas publicando seu Balanço Social no Brasil.

Conforme o Instituto Ethos (2006), seu objetivo é fornecer um auto-diagnóstico mais preciso e aprofundado, e desde 1999 vem desenvolvendo indicadores específicos para atender cada setor empresarial e com isto “avaliar as oportunidades e desafios típicos de seu setor de atuação”.

O roteiro proposto pelo Instituto Ethos possui as seguintes subdivisões: (1) Valores, Transparência e Governança; (2) Público Interno; (3) Meio Ambiente; (4) Fornecedores; (5) Consumidores e Clientes; (6) Comunidade; e (7) Governo e Sociedade.

2.4.4 Similaridades e divergências entre os modelos

O Quadro 1 apresenta algumas similaridades e divergências dos três modelos de Balanço Social apresentados anteriormente

Quadro 1 – Similaridades e divergências dos modelos

Preocupações com	GRI	IBASE	ETHOS
Adoção e abrangência de valores e princípios éticos			X
Eficácia na disseminação dos valores e princípios éticos da empresa			X
Estrutura organizacional e práticas de governança	X		X
Políticas de relacionamento com a concorrência	X		X
Impactos causados sobre distintos grupos da sociedade	X		X
Elaboração de relatório sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais	X	X	X
Participação de empregados em sindicatos			X
Envolvimento dos empregados na gestão	X		X
Tratamento da questão do combate ao trabalho infantil			X
Contribuição para o desenvolvimento infantil no país e compromisso com os direitos das crianças			X
Combate a todas as formas de discriminação negativa e de valorizar as oportunidades oferecidas pela riqueza da diversidade de nossa sociedade	X		X
Formação de nossa sociedade considerar as desvantagens históricas e persistentes que caracterizam a situação da população negra	X		X
Cooperação no combate ao preconceito e a ampliação das chances da mulheres no mercado de trabalho e sua capacitação para funções especializadas	X		X
Relações com os trabalhadores terceirizados e/ou fornecedores desses serviços		X	X
Política de remuneração, benefícios e carreira	X	X	X
Assegurar boas condições de trabalho, saúde e segurança	X	X	X
Desenvolver seus recursos humanos	X	X	X
Conduzir processos demissionais	X		X
Preparar seus empregados para a aposentadoria			X
Percentual e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	X		
Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	X		
Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	X		
Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	X		
Responsabilidade nos impactos ambientais resultantes de suas atividades	X		X
Conscientização da população quanto aos desafios ambientais decorrentes da atividade humana e cultivar valores de responsabilidade ambiental	X		X
Consideração nos impactos ambientais causados por seus processos, produtos ou serviços	X	X	X
Conservação e exploração ilegal e predatória das florestas e proteger a biodiversidade	X		X
Objetiva prevenir e reduzir danos ambientais e otimizar processos	X		X
Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas	X		
Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	X		
Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com <i>habitats</i> em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção	X		
Percentual de produtos e embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos	X		
Regular suas relações com fornecedores e parceiros	X		X
Evitar trabalho infantil na cadeia produtiva	X		X
Evitar trabalho forçado ou análogo ao escravo na cadeia produtiva	X		X
Desenvolvimento de fornecedores de igual ou menor porte			X
Política de comunicação comercial de uma imagem de credibilidade e confiança	X		X
Compromisso com a qualidade dos serviços de atendimento ao consumidor/cliente	X		X
Conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais de seus produtos e serviços	X		X
Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	X		
Número total de casos de conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	X		
Impactos na vida da comunidade	X	X	X

Relações com organizações comunitárias, ONGs e órgãos públicos presentes no seu entorno	X		X
Financiamento da ação social			X
Forma de concretizar sua ação social			X
Financiamento de candidatas a cargos públicos e de partidos políticos	X		X
Construção da cidadania		X	X
Relação com autoridades, agentes fiscais do poder público, em todos os níveis	X		x
Cidadania por meio de associações e fóruns empresariais			X
Envolvimento com as atividades sociais por entidades governamentais		X	X

Fonte: Elaborado pelos autores

Através da análise do Quadro 1 pode-se perceber que os três modelos de relatórios apresentados anteriormente demonstram preocupação com a elaboração de relatório sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais, com a remuneração e condições de trabalho dos funcionários, com impactos ambientais e na comunidade e com a construção da cidadania. Porém, considerando as quatro vertentes apresentadas por FIPECAFI (2003), há divergências quanto à ênfase dada por cada um dos institutos a cada uma das vertentes.

Percebe-se que o modelo de relatório proposto pelo GRI demonstra preocupação maior com a apresentação e análise de dados referentes a direitos humanos, discriminação racial e social, serviços comunitários e preservação e recuperação do meio ambiente. O relatório evidencia uma preocupação mundial, a de garantir a boa utilização dos recursos naturais, permitindo boa qualidade de vida à população sem comprometer o futuro das próximas gerações, e inculcando valores de responsabilidade social de igualdade e a necessidade de prestação de serviço social.

O modelo apresentado pelo IBASE objetiva a análise do retorno sobre o investimento econômico empresarial. As informações nele contidas são relativas a ações passadas praticadas pela organização sem considerar planejamentos futuros. Este formato inspira-se nos balanços financeiros. Em seu conteúdo são apresentados, com maior ênfase, os aspectos ou ações relativos ao ambiente de trabalho, suas relações e atividades desenvolvidas com os acionistas e a quantificação monetária destes itens.

Já o roteiro do Instituto Ethos tem sua atenção voltada, principalmente, para a ética empresarial, eficácia na disseminação de valores e princípios éticos e desenvolvimento sustentável, além de alguns dos outros indicadores apresentados pelo GRI e IBASE. A ética é abordada nas relações do dia-a-dia das organizações, permitindo obter êxito na criação de um ambiente social saudável em todos os aspectos, além de permitir o desenvolvimento da comunidade sem diminuir as chances das gerações futuras buscando o desenvolvimento de uma cultura baseada em princípios e valores éticos.

3-DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

3.1 Apresentação dos resultados

O movimento cooperativista teve início na década de 1960, porém a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda. – COPAGRIL iniciou suas atividades em 01/09/1970. Em 31/12/2006, a empresa contava com 3.789 associados, 1.641 funcionários e faturamento bruto de R\$ 271.751.998,53, e era afiliada à Sudcoop e à Coodetec.

A COPAGRIL elabora o Balanço Social no modelo proposto pela OCEPAR-Organização das Cooperativas do Paraná. Como o objetivo deste trabalho é o de elaborar o relatório de Indicadores de Responsabilidade Social proposto pelo Instituto Ethos, foi solicitado à Cooperativa que providenciasse o preenchimento das informações deste relatório.

Os resultados são apresentados na mesma seqüência proposta pelo Instituto Ethos. O relatório possui 40 indicadores, agrupados em 7 grandes grupos. Para cada indicador, respondente escolheria o estágio que melhor se aplica a empresa, variando de intensidade de acordo com a importância e ênfase dada ao indicador. A variação pode variar de 'Estágio 1' à 'Estágio 4', sendo um quando a empresa está na fase inicial e quatro quando o indicador pode ser considerado institucionalizado. Além dos quatro estágios, a empresa poderia optar por outras duas alternativas, que são (1) "Não vemos aplicação disso em nossa empresa" e (2) "Não havíamos tratado antes desse assunto", podendo assim justificar o desconhecimento desse indicador.

Após a seleção do estágio em que a empresa se encontra no indicador, são apresentadas questões para confirmar a indicação do estágio da empresa, e que servem também como orientadores para a implantação, implementação e institucionalização dos valores nele propostos.

A COPAGRIL afirmou ainda não haver tratado de temas como: (a) valorização da diversidade e promoção da equidade racial e de gênero; (b) compromisso com a equidade e não discriminação racial; (c) compromisso com a promoção da equidade de gênero; (d) relações com trabalhadores terceirizados; (e) política de remuneração, benefícios e carreira; (f) cuidados com a saúde, segurança e condições de trabalho; (g) compromisso para o desenvolvimento profissional e empregabilidade; (h) comportamento frente a demissões; (i) preparação para a aposentadoria; (j) trabalho infantil na cadeia produtiva; (k) trabalho forçado ou análogo ao escravo; (l) conhecimento de danos potenciais dos produtos e serviços; e (m) financiamento da ação social. Em entrevista à funcionários da mesma, os mesmos informaram que estes tópicos ainda não foram tratados pelo fato de a empresa elaborar o Balanço Social a pouco tempo e no modelo da OCEPAR, o qual não aborda a maioria destes indicadores. Porém, os mesmos reconheceram a necessidade de se iniciar a discussão destes, e afirmaram que este assunto será levado ao conhecimento da Diretoria e que verificarão a possibilidade de começarem a implantar tais discussões no dia-a-dia da empresa.

3.1.1 Auto-regulação da conduta através de valores, transparência e governança

Com relação à adoção e abrangência de valores e princípios éticos, a empresa encontra-se no segundo estágio, pois os valores e princípios da organização constam em um documento formal que conta com processo de difusão sistemático, com foco no público interno e a cargo de uma área responsável. O código de conduta da COPAGRIL não apresenta regras explícitas no relacionamento com agentes públicos, não trata de corrupção ativa e passiva, não aborda atos de improbidade administrativa, fraudes em concorrência pública, relações com a comunidade, nepotismo, processos judiciais e arbitragem e prevenção e tratamento de fraudes. Além disso, a empresa não possui comitê responsável por questões éticas reconhecido externamente e não vincula expressamente a atuação das assessorias jurídica e contábil ao código de ética.

A eficácia na disseminação dos valores e princípios éticos está no terceiro estágio, pois a adoção desses valores e princípios é auditada e verificada periodicamente. Isto pode ser percebido no fato de os empregados estarem familiarizados com os temas e pressupostos contemplados no código de ética, e estrutura organizacional ter desenvolvido procedimentos para lidar com denúncias e resolução de conflitos relacionados ao código de ética.

Com relação à estrutura organizacional e práticas de governança, a empresa está no primeiro estágio, pois além de atuar de acordo com a legislação em vigor, dispõe de conselho

de administração e as demonstrações financeiras são auditadas por auditoria externa independente. A alta direção avalia periodicamente seus integrantes com sistemas formais, exige habilidades para o cargo dos membros nomeados e busca resolver dilemas éticos, sócio-ambientais e de direitos humanos. Porém, na COPAGRIL, a estrutura do conselho de administração e auditoria externa independente não visa assegurar o controle da propriedade sobre a gestão.

Quanto às políticas de relacionamento com a concorrência, a entidade está no primeiro estágio, pois segue as práticas de preço e concorrência comuns ao mercado, cumpre a legislação e busca um posicionamento leal. As políticas relacionadas à concorrência desleal abrangem toda a cadeia produtiva da empresa. A política sobre concorrência desleal aborda temas como pirataria, sonegação fiscal, contrabando, adulteração de produtos e falsificação de produtos. Mas o código de conduta da empresa não aborda temas como concorrência leal, e a empresa não expõe, publicamente, seus princípios em relação à concorrência e nem possui política de não utilização da demonstração dos defeitos ou deficiências dos produtos ou serviços dos concorrentes para promover seus produtos ou serviços.

No que diz respeito ao diálogo e engajamento com as partes interessadas, a empresa está no segundo estágio, pois mantém procedimentos de comunicação com estas partes de tal forma que ouve suas críticas e responde prontamente suas sugestões, apelos e demandas.

A COPAGRIL elabora anualmente o Balanço Social, descrevendo suas ações sociais e ambientais e incorpora aspectos quantitativos, o que garante que a mesma esteja no segundo estágio neste item. Porém, as informações sobre aspectos sociais e ambientais não são auditadas por terceiros, nem a empresa incorpora no balanço social críticas, sugestões e depoimentos de partes interessadas.

3.1.2 Diálogo e participação do público interno

Quanto a relações com Sindicatos, a organização está no terceiro estágio, pois além de permitir a atuação do sindicato no local de trabalho, fornece informações sobre as condições de trabalho, negocia com o conjunto de sindicatos das regiões em que atua benefícios comuns, fornece informações que afetem os trabalhadores em tempo hábil para que o sindicato e os trabalhadores se posicionem e, além disso, os dirigentes se reúnem periodicamente com os sindicatos para ouvir sugestões e negociar reivindicações, disponibilizando informações básicas sobre direitos e deveres da categoria tais como dissídio e contribuições sindicais.

Quanto ao envolvimento dos empregados na gestão, a empresa encontra-se no segundo estágio, por disponibilizar informações sobre a empresa e informações econômico-financeiras aos empregados, treinando-os no momento da admissão e no surgimento de novos produtos e serviços, através de seminários e palestras sobre novas políticas e estratégias, para que possam compreendê-las e analisá-las. Todos os integrantes de comissões, como a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes-CIPA, Comissão de Conciliação Prévia-CCP, de participação nos lucros e resultados, são eleitos pelos trabalhadores sem interferência da empresa e esta possui um processo estruturado de discussão e análise das informações econômico-financeiras com seus empregados, com o objetivo de prepará-los para contribuir com o comitê de gestão.

No tratamento da questão do compromisso com o futuro das crianças, a empresa está no terceiro estágio, pois tem programa específico para contratação de aprendizes, e oferece a estes boas condições de trabalho, aprendizado e desenvolvimento profissional e pessoal com acompanhamento, avaliação e orientação, e ainda discute com outras empresas, ou apresenta propostas práticas, para o combate ao trabalho infantil em seu setor ou de maneira geral, além

disso, está em fase de difusão por apresentar preocupação com o programa de aprendizagem, buscando empregar os menores na própria empresa e, em caso de impossibilidade, confere oportunidades com empresas ou organizações parceiras.

No tratamento da questão, o número de menores aprendizes na empresa, nos últimos três anos eram, zero, seis e sete. O número de aprendizes contratados no término do contrato e a quantidade de autuações que a empresa recebeu do Ministério do Trabalho com relação a mão-de-obra infantil não foram informados.

Considerando o compromisso com o desenvolvimento infantil, a entidade está no primeiro estágio, pois segue a legislação de proteção à maternidade, proíbe qualquer tipo de discriminação à mulher gestante e a empregados com filhos menores de seis anos de idade em processos admissionais, de promoção ou mobilidade interna, faz acompanhamento periódico da cobertura vacinal, crescimento do desenvolvimento dos filhos dos empregados, e promove campanhas de imunização aos empregados e dependentes. E, além disso, oferece os seguintes benefícios: plano de saúde familiar, aos empregados registrados e aos trabalhadores terceirizados, bem como facilita a utilização de flexibilidade de horário de amamentação. Mas a empresa não tem um acompanhamento médico, nutricionista e psicológico em pré-natal, na infância dos filhos de seus empregados e não se envolve na elaboração, aperfeiçoamento, execução e controle de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da infância.

Os dados quantitativos que abrangem a relação de empregados em regime CLT de contratação, dos empregados terceirizados, dos empregados autônomos ou comissionados, não foram informados.

3.1.3 Responsabilidade frente às gerações futuras

Considerando o compromisso com a melhoria da qualidade ambiental, a empresa está no quarto estágio, pois leva em conta os princípios e as oportunidades, relacionadas à sustentabilidade ambiental, através da relevância e responsabilidade com os impactos ambientais resultantes de sua atividade, com a disponibilização de pessoa responsável e o envolvimento da mesma nas decisões estratégicas, com a busca de ultrapassar a obrigatoriedade nas relações, contribuindo com a preservação da biodiversidade e, ainda, discute com o governo e a comunidade a questão ambiental, proibindo a exploração ilegal.

Quanto à educação e conscientização ambiental, a entidade está no terceiro estágio, pois desenvolve campanhas sobre as mesmas para o público interno e externo à organização, visando à redução e educação do consumo de recursos naturais, tais como a água e a energia.

No que diz respeito ao gerenciamento do impacto no meio ambiente e do ciclo de vida dos produtos e de serviços, a empresa está no segundo estágio por cumprir com a obrigação legal nos processos de elaboração, de compra, venda, uso e destinação de seus produtos, e ter controle regular sobre estas atividades. Além disso, busca interagir com as partes interessadas, através de conscientização do uso e consumo dos produtos, e busca informações para saber quais são os impactos causados por seus produtos, bem como, gerencia o processo, os produtos ou serviços que fornece e possui planos de ação quanto aos riscos que apresentam e treina seus funcionários para enfrentar a situação.

Quanto à sustentabilidade da economia florestal a empresa se enquadra no segundo estágio, pois, possui política de verificação da origem da cadeia de produção, prioriza e incentiva fornecedores que também estão engajados neste assunto.

No que se refere à entrada e saída de materiais, a entidade está no segundo estágio, pois, através do investimento de atualização do padrão tecnológico, a organização busca o aumento da eficiência no consumo energético e a redução do consumo hídrico.

Em relação às entradas e saídas de materiais, o consumo anual de energia em KWH, nos três últimos anos, vem aumentando, de dezoito mil para vinte mil e para trinta mil em função do desenvolvimento da empresa. Porém os dados do total investido em programas e projetos e o percentual do faturamento bruto gasto em melhoria ambiental não foram informados, bem como os relacionados ao consumo anual de combustíveis fósseis.

3.1.4 Seleção, avaliação e parceria com fornecedores

No que diz respeito aos critérios de seleção e avaliação de fornecedores, a organização está no segundo estágio, pois seleciona os fornecedores que contemplam critérios éticos no aspecto fiscal e de Direitos Humanos, garantindo a procedência e a confiabilidade de seus produtos e possui relação com o mercado em geral para viabilizar os processos éticos. Além disso, está expandindo o processo para selecionar os fornecedores que demonstram responsabilidades ambientais. As informações quantitativas, referentes ao número total de fornecedores, nos anos de 2004, 2005 e 2006 eram de 3.900, 4.000 e 4.200 respectivamente, e o total pago por bens, materiais e serviços adquiridos no período foi de R\$ 246.396.385,00, R\$ 249.011.829,00 e de R\$ 271.076.919,00.

No que se refere ao apoio ao desenvolvimento de fornecedores, a empresa está no quarto estágio, pois contribui com os fornecedores que praticam o comércio justo, possibilita o crescimento independente da parte interessada, busca formar redes ou cooperativas de pequenos fornecedores para adequá-los a novos padrões de fornecimento, bem como visa uma relação de parceria com estes usuários.

3.1.5 Dimensão social do consumo

Quanto à política de comunicação comercial na criação de uma imagem de credibilidade e confiança, a COPAGRIL encontra-se no segundo estágio, pois possui uma política de comunicação formal que realiza análise prévia do material de comunicação, destinado aos consumidores e clientes, que envolvam rótulos, embalagens, bulas, manuais de operação, instruções de uso, termos de garantia e peças publicitárias, afim de tornar mais transparente o relacionamento e mais seguro o uso de seus produtos, e os informa de qualquer alteração que possa ocorrer nos produtos ou serviços. Além disso, encontra-se em fase de desenvolvimento por possuir consciência de seu papel na formação de valores e princípios éticos no consumo, fazer análise prévia de peças publicitárias para verificar sua conformidade, bem como para verificar a conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Quanto ao seu compromisso com a qualidade dos serviços de atendimento ao consumidor, a organização está no quarto estágio, pois promove melhorias contínuas de atendimento, priorizando o diálogo através de treinamentos contínuos de seus profissionais para uma relação ética e de respeito aos direitos do consumidor, possui política explícita de não-suborno, prioriza o engajamento das partes interessadas através de um ouvidor do consumidor, de atendimento ao cliente de forma especializada para receber ou encaminhar sugestões e reclamações e adverte, continuamente, seus profissionais de atendimento sobre a importância de procedimentos éticos na manutenção e uso das informações de caráter privado.

3.1.6 Relações com a comunidade local

No gerenciamento de possíveis impactos na vida da comunidade, a empresa está no primeiro estágio por tomar medidas reparadoras em resposta a reclamações e manifestações desta, reconhecê-la como parte interessada importante em seus processos decisórios, contemplar os relacionamentos com ela em seu código de conduta, investir para aprimorar o desenvolvimento socioeconômico desta e possuir processos de conscientização e treinamento de seus empregados para respeitarem os valores, conhecimento e práticas locais tradicionais. Apesar disto tudo, nos últimos três anos, a empresa recebeu reclamações quanto ao excesso de lixo, geração de mau cheiro, efluentes e outras formas de poluição, mas buscou a resolução de tais problemas. Porém, a empresa, não possui uma política formal de antecipar-se a demandas da comunidade, de informá-la sobre atuais e futuros planos e impactos de suas atividades, de envolvimento da comunidade na resolução dos problemas, e ainda não possui política formal de relacionamento com a comunidade para analisar suas atividades e monitorar seus impactos.

Quanto às relações com organizações locais, a entidade está no primeiro estágio, pois conhece apenas superficialmente suas atividades e responde pontualmente a eventuais pedidos de apoio. A empresa não atua em parceria com entidades locais buscando influenciar políticas públicas para maximizar sua contribuição para o desenvolvimento local.

No que concerne ao financiamento da ação social, a empresa visa sua participação, pois inclui a ação social e seus responsáveis no processo geral de planejamento estratégico.

Em relação ao envolvimento com a ação social, a organização está no primeiro estágio, por doar produtos e recursos financeiros, por ceder instalações, por mobilizar o trabalho voluntário de seus empregados e desenvolver projetos sociais próprios. Mas não envolve organizações ou lideranças locais no desenho e na implementação dos projetos sociais, e, não intercede perante outros organismos, públicos ou privados, pela concretização desses projetos.

3.1.7 Transparência política

Quanto às contribuições para campanhas políticas, a empresa não vê aplicação deste item em seu contexto.

Na relação com autoridades, agentes e fiscais do poder público, a empresa encontra-se no terceiro estágio, pois tem o compromisso público de combate à corrupção e propina, com medidas punitivas aos colaboradores e empregados envolvidos no favorecimento a agentes do poder público. Possui normas escritas divulgadas amplamente que contemplam não apoio e participação em processos que objetivam a manipulação de editais de concorrência pública ou privada, não teve seu nome mencionado na imprensa nos últimos cinco anos pela prática de propina ou de corrupção de agentes públicos e mantêm procedimentos formais de controle, punição e auditoria em caso de ocorrência.

No que concerne à liderança e influência social, a empresa está no terceiro estágio. Possui participação ativa e contribui com recursos humanos ou financeiros em processos de elaboração de propostas de interesse público e caráter sócio-ambiental, por meio de interação com instituições de ensino para obter melhoria da qualificação da mão-de-obra, e estimula e patrocina projetos de desenvolvimento de pesquisa e tecnologia, interagindo ativamente com a comunidade acadêmica e científica.

Em relação à participação em projetos sociais governamentais, a empresa está no segundo estágio, por contribuir com o poder público na realização de eventos e atividades pontuais.

3.2. Análise dos resultados

Através da análise do relatório do roteiro preenchido pela COPAGRIL, percebe-se que esta demonstra desenvolver suas atividades com responsabilidade e compromisso, visando tanto o bem estar comunitário quanto o pessoal. Além disso, desempenha ações que superam a obrigatoriedade, ou seja, ela desenvolve trabalho social que supera as exigências legais e, desta forma, alcança um compromisso responsável e espontâneo junto à comunidade.

No indicador de Valores, Transparência e Governança, a empresa encontra-se na fase inicial, abrangendo principalmente o estágio dois. Demonstra assim, que possui princípios e valores que garantem a regulação de suas atividades, visando obter eficácia na disseminação e abrangência dos valores e princípios éticos e nas práticas de governança, e informa as atividades sociais desenvolvidas e as relações que ocorrem com transparência.

Quanto ao Público Interno, no diálogo e participação que abrangem sindicatos e a gestão participativa, a empresa está em fase avançada, evidenciando com isto, preocupação com o desenvolvimento de seus funcionários, para prover sua satisfação e melhorar seu desempenho. E, quanto ao respeito ao indivíduo, a empresa está envolvida principalmente com o futuro das crianças para garantir o bem estar das gerações futuras. Nos indicadores do grupo referentes ao respeito ao indivíduo e ao trabalho decente, a empresa não monitora estes dados, pois o sistema não está preparado para conter estas informações, porém este está em processo de mudanças o que num futuro próximo possibilitará seu registro e monitoramento.

No que se refere ao Meio Ambiente, a entidade está em fase avançada, pois demonstra ter compromisso com a melhoria da qualidade e educação ambiental, e com o monitoramento dos impactos causados por seus produtos e serviços, para garantir a preservação, conservação e uso eficiente dos recursos naturais disponíveis através da otimização de processos que possibilitam para as gerações futuras um ambiente saudável e agradável.

Quanto aos Fornecedores a entidade demonstra ter conhecimento de apenas dois dos quatro indicadores, dos quais, em um deles, está no segundo estágio e no outro, no quarto. Ou seja, encontra-se em fase inicial ao selecionar e avaliar seus fornecedores. No tocante ao apoio ao desenvolvimento de fornecedores, por ser uma cooperativa de pequenos produtores rurais, esta demonstra estar em estágio avançado, pois apóia o desenvolvimento de seus fornecedores com igualdade e envolve-os em projetos sociais, atendendo, assim, as necessidades da sociedade com legalidade e espontaneidade, proporcionando seu desenvolvimento social e ambiental, garantindo-lhe qualidade de vida.

Quanto aos Consumidores e Clientes, a empresa apresenta-se em fase avançada, pois desenvolve procedimentos específicos de comunicação, e atende os consumidores e clientes com excelência através de informações que deixam claro e evidente qualquer alteração que possa ocorrer em seus produtos e serviços, proporcionando segurança e bem estar a sociedade, e a criação de uma imagem de credibilidade e confiança que evita desconfortos futuros.

Já nos indicadores que tratam da Comunidade, a entidade está em fase inicial no processo de relações com comunidade e organizações locais e a ação social, pois visa atender reclamações possíveis a eventuais impactos e tem o compromisso de desenvolver projetos sociais próprios para prevenir ou remediar possíveis danos causados a comunidade de entorno.

Quanto ao Governo e a Sociedade, a empresa está em fase avançada, pois procura evitar envolvimento com corrupção e propina, visando seu combate, tanto no ambiente interno como no externo; procura ter liderança e influência social, bem como participar de projetos sociais governamentais com contribuições de recursos humanos e/ou financeiros, atendendo a propostas de interesse público e de caráter sócio-ambiental, e à projetos públicos e solicitações das autoridades, possibilitando o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias que melhoram o conhecimento populacional e sua qualificação, obtendo assim melhoras contínuas.

Estas medidas, tomadas pela organização, objetivam ampliar o compromisso com a comunidade para lhe proporcionar maior qualidade de vida, através de produtos e serviços qualificados e com responsabilidade ambiental, socioeconômico e social, que estejam em conformidade com valores e princípios éticos, e em fase de adaptações e de melhoras contínuas para proporcionar um desenvolvimento saudável e sustentável.

4-CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No que concerne à elaboração e evidenciação do Balanço Social, é viável que a empresa utilize o roteiro de relatório proposto pelo Instituto Ethos, pois este apresenta dados qualitativos e quantitativos das ações sociais desempenhadas, desenvolvidas com ética, compromisso, responsabilidade e transparência. A COPAGRIL demonstra preocupação com todos estes aspectos, que qualificam, atendem e realizam os verdadeiros objetivos do relatório social. São as informações qualitativas que permitem uma análise mais aprofundada dos dados, e, desta forma, melhor qualificam o relatório e evitam conclusões distorcidas.

Dos modelos apresentados, buscou-se analisar e evidenciar as similaridades e divergências entre os mesmos, evidenciando que o modelo de relatório do GRI destacou-se pela preocupação com o meio ambiente, discriminação racial e de gênero e serviço voluntário; o do IBASE, pela maior ênfase a evidenciação do retorno econômico; e o do Instituto Ethos, pela abordagem e apresentação dos dados visando a transparência e a ética, e permitindo uma análise mais profunda do compromisso da entidade com a sociedade.

A COPAGRIL elabora e apresenta o Balanço Social, porém, não em total conformidade com o modelo proposto pelo Instituto Ethos, mas sim, de acordo com modelo fornecido pela OCEPAR, especialmente desenvolvido para cooperativas. Ambos os modelos primam pela evidenciação e valorização das ações sociais, já que a empresa é uma Organização que visa atender as necessidades da sociedade atual, sem comprometer às das gerações futuras, ultrapassando a parte legal, atingindo seriedade e espontaneidade.

Recomenda-se à empresa que continue desenvolvendo atividades em benefício da sociedade de maneira espontânea, com ética, transparência e compromisso, e ainda, que vise o monitoramento destas ações, para assim mensurar os valores envolvidos e permitir uma análise minuciosa e a comparação com outras entidades, de outros setores econômicos.

5-REFERÊNCIAS

BERNARDO, D.C.dos R., *et. al.* Responsabilidade Social Empresarial: uma análise dos Balanços Sociais das Sociedades Anônimas de Capital Aberto. **Congresso nacional Enanpad 30º**, Salvador Bahia, 2006.

BEUREN, I.M., *et. al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BONATTO, A., MAUSS, C.V., MAGALHÃES, J.M.de. **Ética e Responsabilidade Social: um estudo comparativo do balanço social da empresa Eletrocar. Congresso nacional Enanpad 31º**, Rio de Janeiro, 2007.

Comissão das Comunidades Européias. **Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas**. Bruxelas, 2001.

DIAS, L.N.da S., SIQUEIRA, J.R.M.de, ROSSI, M.Z.G. **Balanço Social: a Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) em Empresas Brasileiras. Congresso nacional Enanpad 30º**, 2006. Salvador Bahia. 2006.

ESTEVES, A.M.C. *et. al.* **Guia de Elaboração do Balanço Social**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 09 jun 2007

GRI - Global Reporting Initiative. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>> Acesso em: 14 jul 2007.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanço Social anual das cooperativas**. Disponível em: <<http://www.ibase.com.br>> Acesso em: 12 jul 2007.

Instituto Ethos, **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>> Acesso em: 07 maio 2007

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KRAEMER, M.E.P. **Responsabilidade Social – Uma alavanca para a sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental/recebidos/>> acesso em: 10 maio 2007.

KROETZ, C.E.S. **Balanço Social: Teoria e Prática**, São Paulo: Atlas, 2000.

LUCA, M.M.M. de. **Demonstração do Valor Adicionado**, São Paulo: Atlas, 1998.

SANTOS, A.dos, **Demonstração do Valor Adicionado: Como elaborar e analisar a DVA**, São Paulo: Atlas, 2003.

TINOCO, J.E.P. **Balanço Social**. Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2006.

WISSMANN, M.A. Uma proposta para a elaboração do Balanço Social. **CAP Accounting and Management**, v.1, n.1, p. 52-58, 2006.